



GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

ACESSIBILIDADE E SUSTENTABILIDADE: ESTUDO EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

Alexandre dos Santos Luz

Universidade Federal de Santa Catarina

ale_santosluz@hotmail.com

Elisete Dahmer Pfitscher

Universidade Federal de Santa Catarina

elisete.dahmer@ufsc.br

RESUMO

Considerada as legislações brasileiras sobre acessibilidade este trabalho tem por objetivo verificar a acessibilidade e a sustentabilidade uma Instituição de Ensino Federal pela percepção de acadêmicos portadores de deficiência. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, o objetivo desta pesquisa é caracterizado como descritivo, quanto aos procedimentos de pesquisa é realizado através de um estudo de caso, já à abordagem do problema é qualitativa. A obtenção dos dados utilizados na análise foi feita por meio de questionário adotado pelo Sistema Contábil Gerencial Ambiental SICOGEA – Geração 2. Para fins deste estudo optou-se pela aplicação de questionário junto a duas acadêmicas com deficiência. De acordo com o que foi constatado pelos questionários aplicados e de acordo com a percepção das acadêmicas entrevistadas, um dos centros foi classificado como regular, obtendo 35,4 pontos de um total de 55 pontos possíveis, o que corresponde a 64% do total de pontos possíveis, e o outro centro obteve apenas 19% dos pontos possíveis e obteve uma classificação péssima, pois alcançou apenas 10,6 pontos de 55 possíveis.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade; Sustentabilidade; Instituição de Ensino Catarinense; Sistema Contábil Gerencial Ambiental.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, de acordo com a legislação vigente, todas as pessoas, inclusive as portadoras de deficiência – PcD, tem o direito de acesso à saúde, educação, trabalho e lazer. Neste contexto, os indivíduos devem ser tratados de igual forma, logo as necessidades de todos devem ser identificadas para poderem ser suprimidas (ANDRADE *et al.*, 2007).

Nesse sentido, todos os cidadãos, incluídas as pessoas com deficiência, devem ter direito de ingresso ao ensino superior, logo, as instituições de ensino devem se estruturar para criar condições para a utilização, por todas as pessoas, de suas estruturas e atividades.

De acordo com leis e decretos brasileiros, acessibilidade pode ser percebida como o cenário que apresenta condições necessárias, e que permita a sua utilização por todas as pessoas, independente de ser portador de deficiência ou não, de modo seguro e sem auxílio

externo, de espaços, de mobiliário, de equipamentos urbanos, de edificações, de transportes, entre outros, por pessoas com deficiência (BRASIL, 1994; BRASIL, 1998).

Neste contexto surge a pesquisa que norteou este estudo, qual seja: *como se encontra a acessibilidade e a sustentabilidade de uma instituição de ensino superior pela percepção de pessoas portadoras de deficiência?*

Para responder a este questionamento, foi estabelecido como objetivo verificar a acessibilidade e a sustentabilidade uma Instituição de Ensino Federal pela percepção de acadêmicos portadores de deficiência. Portanto, este estudo pretende mostrar a situação atual em que se encontra a instituição em questão, bem como, demonstrar possíveis pontos de melhoria.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Em organizações, de modo geral, e em instituições de ensino não deve ser diferente, cresce a necessidade de adaptar espaços físicos para facilitar o acesso de todas as pessoas. Nesse sentido, além da formação profissional, o foco das instituições de ensino, passa também a ter um comprometimento maior com a sociedade, e atender as necessidades e demandas de todos.

2.1 Acessibilidade e Instituições de Ensino Superior

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), em seu primeiro artigo, afirma que todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direito. Neste sentido, todos devem ser incluídos no acesso a todos os serviços essenciais à sociedade. Deste modo, independente de qual seja a limitação física, toda a sociedade deve dispor de condições para terem acesso à educação.

O Decreto nº 7.612/11, estabelece o compromisso pela inclusão das pessoas com deficiência, com vistas à implementação de ações de inclusão das pessoas com deficiência, por parte da União Federal, em regime de cooperação com municípios, estados e distrito federal, instituiu o Comitê Gestor de Políticas de Inclusão das Pessoas com Deficiência – CGPD.

O Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, que regulamenta a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, cita em seu artigo 7º, incisos I e II, que são objetivos da Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, o acesso, o ingresso e a permanência da pessoa portadora de deficiência em todos os serviços oferecidos à comunidade e a integração das ações dos órgãos e das entidades públicas e privadas nas áreas da saúde, educação, trabalho, transporte, assistência social, edificação pública, previdência social, habitação, cultura, desporto e lazer, visando à prevenção das deficiências, à eliminação de suas múltiplas causas e à inclusão social.

Mazzoni (2003) afirma que é necessário observar as condições de participação das pessoas com deficiência nas atividades da sociedade, as quais são resultantes das políticas e práticas sociais determinadas, as quais podem também interferir na inclusão.

As pessoas com deficiência que buscam uma vaga no ensino superior enfrentam diversos desafios, desde a realização das provas do vestibular e condições de barreiras durante a formação acadêmica dentro das instituições.

Segundo Aranha (2004), a acessibilidade física é um dos principais requisitos para a universalização do ensino, quando esta não é disponibilizada, não é possível garantir educação para todos. Nesse sentido, não sendo possível garantir um direito básico que é a educação para todos, inclusive os portadores de deficiência, então não é possível garantir a todos como iguais na sociedade em que vivemos.

Nesse contexto, as instituições federais de ensino superior devem buscar soluções e se adequar para atender esse objetivo.

3 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, foram adotados métodos e técnicas científicas predeterminadas para que objetivo fosse alcançado. Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados, o objetivo desta pesquisa é caracterizado como descritivo, conforme Gil (2010), as pesquisas descritivas buscam detalhar as características de determinada população ou fenômeno.

A classificação quanto aos procedimentos de pesquisa é realizado através de um estudo de caso, que “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento [...]” (GIL, 2002, p.54).

Já à abordagem do problema é qualitativa, segundo Gil (2010), as pesquisas qualitativas tem como foco descrever a compreensão do investigador a partir da perspectiva dos participantes da pesquisa, gerando uma análise com observações limitadas ao objetivo proposto, neste caso o atual status quo da acessibilidade e sustentabilidade, dos respectivos centros frequentados pelas alunas centro de ensino.

A obtenção dos dados utilizados na análise foi feita por meio de questionário adotado pelo Sistema Contábil Gerencial Ambiental SICOGEA – Geração 2. Para fins deste estudo optou-se pela aplicação de questionário junto a duas acadêmicas com deficiência.

O questionário apresenta um quadro com várias questões e uma escala tipo *Likert*, adaptada a percentuais. Além da escala, para cada subcritério é estabelecida uma pontuação (pontos possíveis), pontuação esta estabelecida a partir da percepção dos pesquisadores, sobre quais aspectos apresentam maior relevância para rotina de pessoas com deficiência. Como pode ser visualizado no Quadro 1:

Quadro 1 – Modelo de planilha de cálculo do SICOGEA gerações 2 e 3

Modelo de Planilha											
PERGUNTAS			0%	20%	40%	60%	80%	100%	Pontos Possíveis	Escore	Pontos Alcançados
			0	1	2	3	4	5			
Grupo	1	Subgrupo			X				1	40%	0,4
	2					X		1	60%	0,6	
	3							X	2	100%	2
	4						X		2	80%	1,6
	5							X	5	100%	5
Total									11		9,6

Fonte: Nunes (2010);Uhlmann (2011).

Os cálculos da acessibilidade e da sustentabilidade estão vinculados à ponderação definida, ao percentual que a instituição atingiu para cada subcritério e à relação entre pontos possíveis, definidos pelo pesquisador, e pontos alcançados nas respostas dos entrevistados. De acordo com a pontuação obtida é possível enquadrar o desempenho da sustentabilidade em uma das categorias apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Avaliação da sustentabilidade e desempenho ambiental segundo as gerações 2 e 3 do SICOGEA

Resultado	Sustentabilidade	Desempenho: controle, incentivo, estratégia.
Inferior a 20%	Péssima – ‘P’	Pode estar causando grande impacto ao meio ambiente.
Entre 21 e 40%	Fraca – ‘F’	Pode estar causando danos, mas surgem algumas poucas iniciativas.
Entre 41 e 60%	Regular – ‘R’	Atende somente à legislação.
Entre 61 e 80%	Boa – ‘B’	Além da legislação, surgem alguns projetos e atitudes que buscam

		valorizar o meio ambiente.
Superior a 80%	Ótima – ‘O’	Alta valorização ambiental com produção ecológica e prevenção da poluição.

Fonte: Nunes (2010);Uhlmann (2011).

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Neste capítulo é apresentada, com base na aplicação do sistema SICOGEA, a análise dos questionários aplicados para as duas acadêmicas deficientes físicas. As alunas estudam em uma instituição federal de ensino superior de Santa Catarina, matriculadas no Departamento de Administração Escolar, sendo que uma aluna estuda Direito e a outra cursa Química.

4.1 Breve histórico da Instituição Federal pesquisada

Criada em 1960, a IFES localiza-se no estado de Santa Catarina, à época contava com 847 alunos e 49 docentes, oriundos estes de sete faculdades isoladas que originaram uma nova faculdade. Assim as faculdades de Farmácia e Odontologia, Direito e Ciências Econômicas tinham suas origens no Instituto Politécnico, fundado em 1917 com apoio do governo estadual. Atualmente a instituição oferece 83 cursos de graduação, 88 cursos de pós-graduação em sentido amplo e 81 em sentido estrito, distribuídos em 11 Centros de Ensino.

As acadêmicas portadoras de deficiência frequentam seus respectivos cursos em centros de ensino distintos.

4.1. ANÁLISE DE ACESSIBILIDADE DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

O quadro 1 demonstra o questionário respondido pela estudante do curso de Direito.

Quadro 1

Critério 3 – Prestação do Serviço - Atendimentos ao Acadêmico		0%	20%	40%	60%	80%	100%	0	Pontos Possíveis	Pontos Totais
		0	1	2	3	4	5	NA		
1	Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?			X					3	1,2
2	Existem condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
3	As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
4	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?						X		5	5
5	Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
6	Existem banheiros apropriados para Pessoas com Deficiência (PcD)?					X			5	4
7	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
8	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes Pessoas com Deficiência (PcD) referentes à realização de eventos (científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação, produção científica)?		X						5	1
9	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD) nos processos decisórios?		X						3	0,6
10	O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?					X			5	4
11	A condição estética do Centro transparece o cuidado com o meio ambiente interno (floreiras, jardinagem, bancos para descansos, áreas para relaxamento)?					X			1	0,8
12	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?			X					1	0,4
13	Há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados a área social e ambiental?				X				1	0,6
14	Há colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para alunos Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
15	Há banheiros com reaproveitamento da água?					X			1	0,8
SUBTOTAL		0	2	2	5	4	2	0	55	35,4

Conforme exposto no Quadro 1 e de acordo com a estudante do curso de Direito, no centro de ensino frequentado por ela, apenas dois subcritérios alcançaram a pontuação máxima possível, sendo que para estes subcritérios esta pontuação é de cinco pontos. Tais aspectos foram: as salas de aula e os laboratórios de ensino/pesquisa serem arejados e apropriados às atividades de ensino para acadêmicos considerados pessoas com deficiência

(PcD). Assim, aplicada a classificação sugerida pelo modelo SICOGEA, a sustentabilidade destes subcritérios pode ser percebida como ótima.

Já a classificação boa pode ser atribuída para quatro quesitos analisados. Destes quatro quesitos, dois apresentam como pontuação máxima cinco pontos, tendo sido alcançados quatro, estes itens estão relacionados aos banheiros adaptados para pessoas com deficiência, e aos espaços de apoio como cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias e outros serviços necessários para portadores de deficiência. Os outros dois subcritérios que obtiveram classificação boa apresentam como pontuação máxima um ponto, e os itens avaliados obtiveram 0,8 pontos. Estes subcritérios abordam a parte estética do centro, o cuidado com o meio ambiente interno, no sentido de se verificar floreiras, jardinagem, bancos para descansos e áreas para relaxamento, bem como o reaproveitamento de água nos banheiros do centro.

Cinco quesitos foram classificados, de acordo com a ferramenta utilizada, como sendo regulares, obtendo de 41% a 60% dos pontos possíveis. Estes subcritérios abordam aspectos como: as condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e a relação destas com as políticas públicas e o contexto social para acadêmicos com deficiência; a acessibilidade à infraestrutura para portadores de deficiência, no que refere aos prédios do campus; as instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para acadêmicos com deficiência; há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores em desenvolver trabalhos voltados à área social e ambiental, e por fim a colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para alunos com deficiência.

Dois quesitos tiveram uma avaliação fraca, obtendo 1,2 de 3 e 0,4 de um pontos possíveis respectivamente, este índice aponta que os dois subcritérios alcançaram de vinte e um a quarenta pontos percentuais do valor a eles atribuídos. Os aspectos ligados a estes subcritérios avaliam a organização e as boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos considerados pessoas com deficiência (PdD), e a ocorrência de manutenção adequada dos espaços físicos da instituição.

Por fim, dois critérios, pela percepção da entrevistada, foram pontuados como péssimos e alcançaram entre zero e 20% dos pontos possíveis. Foram eles: os itens relativos a programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes com deficiência, no que se refere à realização de eventos científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação e produção científica, e os aspectos relacionados a representatividade nos colegiados, como sua independência e autonomia em relação a entidade mantenedora, e a participação nos segmentos da comunidade universitária de acadêmicos com deficiência física nos processos decisórios.

Assim, observado o questionário respondido, bem como os subcritérios abordados para o centro de ensino e os espaços comuns oferecidos pela instituição de ensino superior em questão, e frequentados pela estudante do curso de Direito, a avaliação global do Critério 3 – Prestação do Serviço – Atendimento ao Acadêmico, aplicado o modelo SICOGEA, foi regular, pois de um total de 55 pontos possíveis alcançou-se 35,4 pontos, o que corresponde a 64% do total de pontos possíveis.

Em seguida, o quadro 2 mostra o questionário respondido pela estudante de Química.

Critério 3 – Prestação do Serviço - Atendimentos ao Acadêmico		0%	20%	40%	60%	80%	100%	0	Pontos Possíveis	Pontos Totais
		0	1	2	3	4	5	NA		
1	Há organização e boas condições no local para o atendimento aos acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?		X						3	0,6
2	Existem condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e relação destas com as políticas públicas e com o contexto social para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?							X	5	0
3	As salas de aula são arejadas e apropriadas à atividade de ensino para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?			X					5	2
4	Os laboratórios de ensino/pesquisa são arejados e apropriados para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?	X							5	0
5	Há acessibilidade da infra-estrutura (prédios) aos Pessoas com Deficiência (PcD)?		X						5	1
6	Existem banheiros apropriados para Pessoas com Deficiência (PcD)?				X				5	3
7	Há instalações gerais para o ensino, para a pesquisa, para a prática de esportes, atividades culturais e de lazer, espaços de convivência, para laboratórios didáticos e de pesquisa em quantidade e qualidade adequadas para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?		X						5	1
8	Há programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico dos discentes Pessoas com Deficiência (PcD) referentes à realização de eventos (científicos, técnicos, esportivos e culturais, divulgação, produção científica)?		X						5	1
9	Existe a representatividade nos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a entidade mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária de acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD) nos processos decisórios?	X							3	0
10	O Centro de Ensino apresenta espaços adequados (quantidade e qualidade) de apoio como: cantina, setor para fotocópias, agências bancárias, livrarias, e outros serviços necessários para acadêmicos Pessoas com Deficiência (PcD)?	X							5	0
11	A condição estética do Centro transparece o cuidado com o meio ambiente interno (floreiras, jardinagem, bancos para descansos, áreas para relaxamento)?		X						1	0,2
12	Há a manutenção adequada (quantidade e qualidade) dos espaços físicos da instituição?			X					1	0,4
13	Há percepção dos alunos quanto ao incentivo dos professores a desenvolver trabalhos voltados a área social e ambiental?			X					1	0,4
14	Há colaboração dos professores quanto à adequação das atividades para alunos Pessoas com Deficiência (PcD)?		X						5	1
15	Há banheiros com reaproveitamento da água?							X	1	0
SUBTOTAL		3	6	3	1	0	0	2	55	10,6

O Quadro 2, evidencia as respostas obtidas no questionário respondido por uma estudante do curso de Química. Pela percepção da acadêmica entrevistada, e de acordo com a aplicação do modelo SICOGEA, nenhum dos subcritérios apresentados foi classificado como ótimo ou bom, pois dos quinze questionamentos nenhum alcançou mais de 61% dos pontos possíveis.

Destaca-se ainda que dois itens foram respondidos como NA – não se adapta, a escolha desta resposta, de acordo com a acadêmica, ocorreu pelo desconhecimento, por parte da mesma, dos assuntos abordados nestes subcritérios, quais sejam: as condições institucionais de adequação de políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes e a relação destas com as políticas públicas e o contexto social para acadêmicos com deficiência; e, o reaproveitamento de água nos banheiros.

Entre os critérios pontuados apenas um foi avaliado como regular e obteve três pontos em cinco possíveis, critério este que questiona se os banheiros são apropriados para pessoas com deficiência. Três quesitos foram pontuados como fracos, pois obtiveram entre 21% e 40%, foram eles: as salas de aula serem arejadas e apropriadas à atividade de ensino para acadêmicos PcD, que conseguiu dois pontos de cinco; se a manutenção dos espaços físicos da instituição é adequada em termos de quantidade e qualidade; e, se ocorre do ponto de vista dos alunos incentivo por parte dos professores em desenvolver trabalhos voltados à área social e ambiental, os outros quesitos foram considerados péssimos, sendo que estes dois quesitos obtiveram 0,4 pontos em um total de um possível.

Os demais nove critérios alcançaram apenas até 20% dos pontos possíveis, o que fez com que, pela percepção da acadêmica entrevistada, o curso e o centro que oferece o mesmo alcançassem apenas 10,6 pontos em 55 pontos possíveis, o seja 19%, o que classifica a acessibilidade e a sustentabilidade como péssima.

4. CONCLUSÕES E SUGESTÕES PARA FUTUROS TRABALHOS

Sobre objetivo do presente estudo de verificar a acessibilidade e a sustentabilidade uma Instituição de Ensino Federal pela percepção de acadêmicos portadores de deficiência, pode-se dizer que o mesmo foi alcançado. Para tanto foi utilizado um sistema denominado SICOGEA geração 3 e foram entrevistadas duas alunas portadoras de deficiência física e de acordo com esse questionário e conforme as respostas obtidas foram verificados pontos que precisam ser melhorados.

De acordo com o que foi constatado pelos questionários aplicados e de acordo com a percepção das acadêmicas entrevistadas, um dos centros foi classificado como regular, obtendo 35,4 pontos de um total de 55 pontos possíveis, o que corresponde a 64% do total de pontos possíveis, assim de acordo com a classificação proposta pelo SICOGEA, metodologia utilizada na pesquisa, este centro apenas e somente atende a legislação vigente. Já o outro centro obteve apenas 19% dos pontos possíveis e obteve uma classificação péssima, pois alcançou apenas 10,6 pontos de 55 possíveis. De acordo com a classificação proposta pelo SICOGEA pode-se dizer que o centro pode estar causando grande impacto negativo ao meio ambiente.

Como sugestões para futuros trabalhos, podem ser abordadas análises de outros centros de ensino situados na instituição estudada para, posterior comparação com os resultados obtidos neste. Aplicar o questionário em outras instituições, inclusive de outros estados para posteriores comparações entre várias instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M.S.A.; et al. Pessoas com deficiência rumo ao processo de inclusão na educação superior. 2007. Artigo eletrônico. Disponível em: <<http://www.fasb.edu.br/revista/index/php/conquer.article/view/pdfinterstitial27/0>>. Acesso em: 3 ago. 2014.

ARANHA, M. S. F. **Educação inclusiva** – Referenciais para a construção de sistemas educacionais Inclusivos: a escola. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2004. v. 3.

BRASIL. Os direitos das pessoas portadoras de deficiência – Lei no 7.853/89. Decreto nº. 914/93. Brasília, DF: Corde, 1994.

BRASIL. PROJETO DE LEI (4.767/98). Normas gerais e Critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou mobilidade reduzida. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011.** Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7612.htm#art15> Acesso em: 20 ago. 2014.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.** Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3298.htm> Acesso em: 20 de ago. 2014.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAZZONI, Albert Angel. **Deficiência x participação: um desafio para as universidades.** 2003. 245 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

NUNES, João Paulo de Oliveira. **Um aporte ao sistema contábil gerencial ambiental: elaboração e aplicação parcial do novo sistema em clínica hospitalar.** 2010. 241f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

ONU, **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** Disponível em: <<http://www.ohchr.org/EN/ProfessionalInterest/Pages/InternationalLaw.aspx>>. Acesso em: 24 ago. 2014.

UHLMANN, Vivian Osmari. **Contribuições ao desenvolvimento do Sistema Contábil Gerencial Ambiental – Geração 2:** proposição da terceira geração do método. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade), Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.